

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Jose Cruz/Agência Brasil



Como furar bolhas? Problema de Sidônio e Lula

Problema do governo segue de comunicação

Mais uma vez, o governo se viu enclacrado pelo Congresso e, mais uma vez, constata que o seu grande problema é de comunicação. Há, neste momento, de parte do governo a constatação de que vem há tempos fazendo uma aposta errada na forma de tentar se comunicar com a sociedade. A aposta quase total nas redes sociais revelou-se um erro. Além de

se mostrar menos capaz do que a direita em fazer o jogo nas redes, a aposta unicamente nas plataformas pouco fura a bolha. A esquerda fala somente para a esquerda. Não mobiliza a seu favor o restante da sociedade. Além disso, alguns temas são mais complexos e exigiriam um aprofundamento que o jogo de palavras de ordem e ideias resumidos das redes não suporta.

Imprensa

O governo teria que falar com a imprensa tradicional. Chamar para conversas colonistas. Mas como furar o preconceito de parte do governo de que não se pode confiar na "mídia"? Falar somente com o que chamam de "mídia progressista" fura a bolha?

Dulci

No início do primeiro governo Lula, quem muito cumpriu essa função foi o então secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci. A partir dele, muito se compreendeu sobre os planos e ideias do governo. Até o mensalão, Lula teve em torno de si uma "mídia" muito favorável.

Lula Marques/Agência Brasil



Motta e Alcolumbre: cortes, só para os outros

Corte no bolso dos outros é refresco

Agora, a complexidade está em conseguir passar a ideia de que o Congresso tem sido hipócrita no seu discurso. Ao mesmo tempo, o Parlamento colocava em votação o decreto que derruba o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e outros tributos com o discurso de que o governo é gastador, pou-

co austero e precisa cortar gastos. E aumentava os seus próprios gastos, aumentando de 513 para 531 o número de deputados federais. Um impacto anual adicional de R\$ 64 milhões. O gasto pode ser ínfimo na escola das contas públicas, mas claramente sinaliza que o discurso de austeridade só vale para os outros.

Orçamento

Na sexta (27), os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e Davi Alcolumbre (União-AP), irão pessoalmente ao Supremo Tribunal Federal (STF) defender emendas parlamentares ao orçamento. No caso, estamos falando de R\$ 50 bilhões.

Frentes

A qualquer inclinação prática de cortes desses subsídios, esses segmentos movem seus lobbies. Eles estão representados por várias frentes parlamentares de peso. Somente com relação ao empreendedorismo, há três diferentes no Congresso Nacional.

Esforço

Por que as emendas e outros gastos do Congresso não devem entrar no discurso de esforço por cortes que o Congresso tanto prega para o poder Executivo? Por que esse esforço não deve atingir a diminuição dos diversos subsídios dados a vários segmentos da economia?

Como falar

O problema é como fazer isso chegar à sociedade. Ontem, tentou-se animar nas redes a hashtag "Ricos, paguem a conta". Isso arrefeceu os ânimos do Congresso? Os fez recuar? A comunicação do governo sabe que precisa furar bolhas. Mas não sabe como.



Oposição comemora, no plenário da Câmara dos Deputados, a derrota imposta ao governo

Congresso Nacional derruba decreto de Lula sobre o IOF

Governo sofreu uma das suas piores derrotas no Legislativo

Por Karoline Cavalcante

Em uma das suas piores derrotas, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), viu no mesmo dia a Câmara e o Senado aprovarem o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que suspende a proposta da equipe econômica para compensar o aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A Câmara aprovou o PDL com 383 votos favoráveis e 98 contrários. No Senado, nem votação houve: o projeto foi aprovado em votação simbólica. Apenas os nove senadores do Partido dos Trabalhadores votaram contra a medida. Por se tratar de um PDL, o texto não depende de sanção presidencial e será promulgado diretamente pelo Congresso Nacional.

A decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de pautar a votação ainda nesta quarta-feira surpreendeu o Palácio do Planalto, que contava com mais tempo para negociação. A pauta do dia foi publicada por Motta às 23h35 de terça-feira (24) por meio de sua rede social X (antigo Twitter). A declaração gerou um movimento rápido do governo federal, que às pressas convocou para a manhã seguinte uma reunião para discutir o tema. O encontro foi comandado pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e contou também com a presença dos líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e do líder do Partido dos Trabalhadores, Lindbergh Farias (RJ).

Segundo Hoffmann, o novo decreto do IOF se fazia necessário para a execução do Orçamento de acordo com o arcabouço fiscal aprovado. "A derrubada dessa medida exigirá novos bloqueios e contingenciamentos no Orçamento, prejudicando programas sociais e investimentos importantes para o país, afetando inclusive a execução das emendas parlamentares", explicou a ministra.

"Provocação infantil"

Por volta das 12h, Hugo Motta anunciou o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) como relator do projeto, o que não foi bem recebido pelo Executivo. Chrisóstomo foi, inclusive, um dos articuladores da coleta de assinaturas para implementar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), assunto também sensível para a atual gestão. Para Lindbergh, a esco-

Lula Marques/Agência Brasil



Motta: principal condutor da derrota sofrida pelo governo

lha foi uma "provocação infantil" contra o governo federal. "Designar como relator um bolsonarista histriônico chega a parecer uma provocação infantil. Não existe espaço de diálogo algum", declarou.

Além disso, o líder petista considerou que a decisão de pautar a votação para uma semana esvaziada foi um "grave erro" — em razão do São João, muitos parlamentares se afastam de Brasília. "A votação será por sessão virtual, e os deputados não estão aqui para analisar um tema dessa importância", prosseguiu Farias.

Haddad

Ainda nesta quarta-feira, em evento promovido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o presidente Lula voltou a defender o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacando a seriedade do trabalho dele à frente da equipe econômica. "Gente, tem uma hora que temos que deixar nossos interesses individuais de lado e pensar um pouco neste país. Vocês sabem da seriedade com que o Haddad trata a economia. Vocês sabem que nós estamos há quase três anos tentando consertar a economia. Primeiro, foi a PEC da Transição. Depois, foi o arcabouço fiscal", afirmou o chefe do Executivo.

No entanto, o líder do Partido Liberal na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), avaliou que a votação oficial da medida poderia ter ocorrido na semana passada, quando foi aprovada a urgência do PDL, o que não ocorreu para que o governo tivesse tempo para agir. "Nós estamos diante de um governo inerte, um governo que não reage, um governo analógico, que não deu nenhum tipo de resposta desde a votação da urgência", declarou em coletiva à imprensa.

Até o início da semana, o governo acreditava que teria mais

tempo para negociar a medida. Nos bastidores, avalia-se que uma entrevista de Fernando Haddad à TV Record — na qual o ministro criticou o projeto que amplia o número de deputados, aprovado pelo Senado nesta quarta-feira (25) — tenha desagradado o deputado Hugo Motta. Como reação, ele surpreendeu a atual gestão ao incluir, já tarde da noite, o PDL contra o IOF na pauta do plenário.

Sem consenso

Na última segunda-feira (16), a Câmara aprovou, por ampla maioria — 346 votos favoráveis e 97 contrários — o requerimento de urgência para a tramitação acelerada do projeto. A expectativa era de que as negociações sobre o tema fossem retomadas. Contudo, diante das resistências no Legislativo, Haddad optou por tirar uma semana de férias até o dia 22 de junho. Durante a folga do ministro, inclusive, o presidente da República chegou a indicar que não recuará na proposta.

Com esse novo pacote, o governo Lula estimava arrecadar R\$ 10,5 bilhões em 2025 e R\$ 20,6 bilhões em 2026 — praticamente a metade dos valores projetados anteriormente com o decreto inicial: R\$ 20,5 bilhões e R\$ 41 bilhões, respectivamente.

Os críticos da medida concentram-se nos cortes escolhidos para fechar as contas. Para eles, o governo deveria reduzir os gastos primários, em vez de buscar compensações via aumento de tributos em outros setores.

No dia 22 de maio, além de congelar R\$ 31,3 bilhões do Orçamento, a equipe econômica anunciou a padronização das alíquotas do IOF em 3,5%. A reação mais forte, no entanto, veio da tentativa de tributar investimentos de fundos nacionais no exterior — até então

isentos. A proposta desagradou o mercado financeiro e, diante da pressão, a Fazenda recuou rapidamente.

Ainda assim, a crise não foi contida. Em 29 de maio, os presidentes da Câmara e do Senado cobraram do governo uma nova proposta em até dez dias. A resposta veio em 11 de junho, com mudanças formalizadas por decreto e pela Medida Provisória 1.303/2025. Mas nem a reformulação garantiu apoio suficiente à aprovação.

Entenda a alternativa

Entre as medidas que foram propostas, estava a criação de uma alíquota de 5% no Imposto de Renda para aplicações até então isentas, como a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e debêntures incentivados a partir de 2026. Para os demais títulos, que já eram tributados conforme uma tabela progressiva de 15% a 22,5% do Imposto de Renda (IR), o governo propôs uma alíquota única de 17,5%. A mesma taxa se aplicaria aos rendimentos com criptoativos.

A alternativa também aumentava a taxação sobre as empresas de apostas esportivas, as chamadas "bets", com a alíquota passando de 12% para 18% a partir de outubro de 2025. Por outro lado, o texto previa alívios pontuais. A cobrança sobre o crédito à pessoa jurídica cairia de 0,95% para 0,38%. Já as operações de "risco sacado" deixariam de pagar uma alíquota fixa, passando a ser tributadas apenas por uma taxa diária de 0,0082% — uma redução de até 80%.

Na previdência privada, o IOF sobre aportes em Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) só passaria a incidir, a partir de 2026, sobre valores acima de R\$ 600 mil. Segundo a Fazenda, a mudança manteria a isenção para mais de 99% dos contribuintes.

A MP também alterava a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) cobrada de instituições financeiras, extinguindo a alíquota mínima de 9% e mantendo apenas as faixas de 15% e 20%.

No campo das despesas, a proposta previa a inclusão do programa Pé-de-Meia no piso constitucional da educação e limitava a concessão do auxílio-doença por Atestmed a 30 dias sem perícia médica — atualmente, o benefício pode ser concedido por até 180 dias.

Lula Marques/Agência Brasil